



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Trata-se de procedimento instaurado nos termos do artigo 74, inciso III, alínea “f” da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com vistas à Contratação Direta, por Inexigibilidade de Licitação, do docente MAIQUEL ÂNGELO DEZORDI WERMUTH, para ministrar o módulo introdutório do Curso de Formação Introdutória para Serviços Penais, a ser realizado nos dias 05, 07, 11, 12, 13, 14 e 15 de março de 2024, com carga horária de 28h/a.

O valor da contratação é de R\$ 5.595,24 (cinco mil, quinhentos e noventa e cinco reais e vinte e quatro centavos), em consonância com a Portaria nº 1713/2022-GP.

Com efeito, a disponibilidade orçamentária se apresenta por meio do Pedido de Despesa nº 71/2024, cuja validação se encontra no despacho da Secretaria de Planejamento às fls. 140.

Assessoria Jurídica desta Secretaria de Administração, por meio do **PARECER JURÍDICO Nº 040/2023 – ASSJUR/SEAD**, opinou pela viabilidade jurídica de prosseguimento da contratação.

Portanto, **ACOLHO** integralmente a citada manifestação jurídica, ao passo que a adoto como razão de decidir e, assim, **AVOCO** a competência subdelegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria nº 011/2023 – SA, e consoante competência delegada pelo artigo 4º, I, da Portaria nº. 823 /2023 – GP, de 24 de fevereiro de 2023, **AUTORIZO** a contratação pretendida.

À Coordenadoria de Convênios e Contratos, para as providências subsequentes.

Belém, 01 de fevereiro de 2024.

VICENTE DE PAULA BARBOSA MARQUES JUNIOR
SECRETARIO DE ADMINISTRACAO



Classif. <i>documental</i>	02.02.01.02
-------------------------------	-------------



TJPADES202422022A

